

Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo.

Marco Antônio Roxo da Silva¹

Resumo

Este artigo pretende por em discussão as polêmicas e valores que giram em torno da definição do papel social do jornalista brasileiro. Não queremos dar um tratamento genérico ao assunto. Por isso escolhemos um momento histórico como eixo de referência, a greve dos jornalistas de São Paulo em maio de 1979. Centramos nossas hipóteses nos argumentos de alguns autores que identificaram uma mudança no padrão do jornalismo brasileiro em função da derrota dos jornalistas na greve. Assim, tomamos a greve como palco de um conflito de identidades. O que nos interessa é identificar, a partir das grandes greves do ABC em maio de 1978, as marcas de um discurso “classista” por parte dos líderes sindicais dos jornalistas paulistas, que reivindicava, para os jornalistas, uma identidade de trabalhador, em detrimento de outros tipos de representação simbólica mais sedimentados na prática do jornalismo.

Ao contrário de todo mundo, os jornalistas passaram os últimos dez anos amargando a imagem de uma greve fracassada

Perseu Abramo, 1989

No dia 23 de maio de 1979, os jornalistas de São Paulo pararam suas atividades. Reivindicavam duas coisas: 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações. O sindicato patronal ofereceu 16% de antecipação a ser descontada na data base da categoria, em dezembro do mesmo ano. Diante do impasse, o Tribunal Regional do Trabalho, no dia 28 do mesmo mês, julgou a greve “ilegal”. O resultado abriu espaço para a retaliação das empresas que iniciaram um processo de demissão em massa dos grevistas.

A pergunta que se impõe é: o que essa greve tem de tão importante para se tornar objeto de pesquisa? A princípio estamos diante de um conflito trabalhista, com reivindicações econômicas pertinentes a um período inflação alta e de uma luta do sindicato dos jornalistas para ampliar o seu poder de representação no local de trabalho. De forma geral, são demandas típicas da época, marcada pelo surgimento do “Novo Sindicalismo”, da reorganização da sociedade civil, da luta desta pela anistia de presos políticos e pela redemocratização do país. Um clima no qual “todo mundo fazia greve”. (Abramo, 1997).

Porém, na memória de um ativista sindical, jornalista e chefe do comitê de greve, Perseu Abramo, a paralisação foi interpretada em outros termos: “ela representou a culminância de um processo que se inicia nos anos setenta, de retomada do sindicato, de luta contra a censura e de resistência à identificação ideológica dos jornalistas com as empresas jornalísticas”. (Abramo, 1997).

¹ Aluno do Mestrado em Comunicação Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense

Segundo Perseu, a derrota da greve teve como consequência à imposição por parte das empresas de um “novo jornalismo”, yuppiezado, acrítico, distante de causas coletivas e de um projeto nacional, no qual valores como a objetividade e a imparcialidade escondem os interesses particulares dos donos dos meios de comunicação. (Abramo, 1997 e Kucinski, 1998).

Já Bernardo Kucinski trata a greve como uma ruptura ao processo de cooptação dos jornalistas ao processo de abertura “lenta, gradual e segura” proposto pelos militares e ao qual as empresas jornalísticas, segundo o autor, haviam aderido. Dada a adesão das empresas ao projeto dos militares, a derrota da greve fez, segundo ele, que os jornais instaurassem um processo demissionário que seguiu um “padrão ideológico”. Foi, para o autor, um expurgo “dos quadros mais qualificados, que se haviam insurgido ou conquistado mais autonomia durante as últimas fases do regime militar” (Kucinski, 1998).

Seguindo o pensamento dos dois autores, podemos pensar na hipótese da greve como um ponto de inflexão, como um momento de mudança no qual diferentes concepções de jornalismo estavam em conflito. Tomamos a paralisação de maio de 1979 como uma referência para discutirmos os processos em disputa na definição da identidade do jornalista. Situamos a luta sindical num contexto no qual as disputas iam além da questão salarial no qual não estava somente em jogo a recuperação de um status econômico ou a definição da categoria jornalista em “strito sensu”. Mas, três concepções de identidade em conflito, em que podemos idealmente tipificar o jornalista seja como “trabalhador”, “intelectual” ou “profissional”. A greve de 1979 seria tomada como um processo de renegociação de lugares e como um momento dramático de luta em torno da redefinição da autoridade profissional.

Na nossa hipótese, a ação sindical procurou reiterar a identidade do jornalista enquanto “trabalhador” em detrimento de outras formas de representação da profissão mais sedimentadas, principalmente a do jornalista enquanto “intelectual”. Essa era uma imagem presente tanto na grande imprensa quanto na imprensa alternativa. No campo jornalístico, o ativismo sindical procurava engendrar um pólo de resistência às “imposições comerciais” e a “padronização de notícias”. O que nos leva para a questão do controle dos jornalistas nas redações das grandes empresas e a luta dos mesmos pelo resgate de sua “autonomia interpretativa”.

Esses três tipos, o jornalista “trabalhador”, o jornalista “intelectual” e o jornalista “profissional” não eram os únicos e nem se apresentavam claramente em todos os jornalistas. Mas eles nos permite situar os conflitos de valores existentes na profissão no recorte sincrônico da greve e estabelecer “conexões de sentido” entre as diversas polarizações existentes entre os jornalistas no exame diacrônico das tradições presentes na profissão. Ao se falar da hegemonia de um “novo jornalismo”, podemos perguntar: que tipo de relações de poder passou a vigorar na imprensa após 1979? Quais as normas e os valores que passaram a organizar as práticas sociais dos jornalistas? Que tipo de responsabilidade política eles passaram a assumir? Enfim, como se redefiniu o papel social do jornalista?

É evidente que um conjunto de questões tão amplas não podem ser contempladas num artigo. Este trata de aspectos preliminares de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento. Entre as diversas fontes bibliográficas e empíricas, este trabalho privilegiará o jornal do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, o *Unidade*, se concentrando entre janeiro de junho de 1978.

O período escolhido tem importância por dois acontecimentos. Um, a histórica greve dos metalúrgicos do ABC, em maio do mesmo ano, que inaugura e dá visibilidade ao chamado “Novo Sindicalismo”. Outro, a mudança de diretoria que ocorreu no Sindicato dos Jornalistas. Para nós, a conjunção desses dois eventos nos permite visualizar nas páginas do Unidade uma intensificação das demandas sindicais e uma crescente aproximação entre jornalistas e setores típicos dos trabalhadores. Assim, apesar de não estarem dissociadas, demandas mais amplas, como liberdade de imprensa, contempladas na gestão anterior, ficaram atreladas a dinâmica da luta de classes. A escolha da fonte se justifica pois o projeto do Unidade era de um jornal de “luta” e uma “tribuna”, um “fórum” para a discussão de problemas da categoria, entre os quais problemas inerentes a prática jornalística.

O que nos interessa, mais especificamente, é investigar os motivos pelos quais as perspectivas de luta do Novo Sindicalismo contaminaram os jornalistas, reconstruindo suas identidades a ponto de lhes proporcionar uma consciência de classe. E de que modo essa consciência de classe procura impor uma ética ao jornalista, redefinindo o seu papel social. O que nos interessa não é a dinâmica da greve em si, mas o processo de construção da identidade do jornalista como “um assalariado como outro qualquer”.

Neste sentido, o artigo fará uma apresentação dos tipos ideais propostos para a análise tentando inseri-los nas tradições políticas e jornalísticas ainda presentes no cenário brasileiro; um deslocamento para um confronto muito comentado a respeito da transição do jornalismo dos anos 70 para os anos 80 ou seja a transição do jornalismo “político” para a “esfera de mercado”; uma rápida apresentação das identidades políticas presentes no “Novo Sindicalismo” e o que elas trazem de ruptura quando os “novos atores” emergem na “esfera pública” de forma autônoma; e o trabalho de análise do jornal Unidade.

O jornalista e a construção de uma consciência de classe

Ao abordar uma luta de classe através da greve, assumimos a perspectiva de EP Thompson, de entender classe como categoria construída no decurso do processo histórico. Desse ponto de vista, o conceito possui dois significados. Um primeiro pensado para categorias típicas da sociedade capitalista industrial, como forma de reconhecer os antagonismos e contradições desta. Sua utilização dá conta de um fato histórico que se situa num contexto no qual já existe uma cultura de “classe” madura, formada pela institucionalização de sindicatos, partidos e centrais sindicais.

Outro, para ajudar a evidenciar os antagonismos entre grupos sociais em que não existe esta cultura de classe ou ela é fluida e fragmentária. Neste caso não podemos pensar classe ou a consciência de classe como categorias pressupostas. Porém, a descoberta de interesses antagonísticos desperta o sentimento de oposição entre esses distintos grupos e essa polaridade gera luta. É durante a luta que as pessoas se identificam como classe. O conceito ganha um sentido analítico e processual em que “classe não é o primeiro, mas o último degrau de um processo histórico real” (Thompson, 2001).

Neste sentido, podemos trabalhar com a hipótese de que os jornalistas articularam a identidade de seus interesses em oposição aos interesses de outro grupo social. O sentimento desse antagonismo gerou debates, posicionamentos e atitudes e, no desenvolvimento desse processo de luta, os jornalistas se descobriram como classe. Fizeram isso dotados de atributos culturais herdados de um passado em comum. Nestes termos, a consciência de classe é uma criação coletiva que sistematiza e dá sentido a um conjunto heterogêneo de valores necessários para se pensar e refletir sobre as atitudes a se tomar diante do impacto das novas e grandes estruturas sociais, entendidas em termos marxistas como relações de produção. (Thompson, 2001).

A identidade de um grupo social não implica na inexistência de conflitos ou diferenças entre seus membros. Podemos pensar na polaridade que existiu entre a militância sindical dos anos 70, que procurou criar uma identidade do jornalista enquanto “trabalhador”, e na tradição romântica, literária, boêmia e interventora, que aproximava o jornalista de um “intelectual”. Em termos de identidades políticas pode-se pensar na crescente influência do Partido dos Trabalhadores em detrimento da centralidade do Partido Comunista Brasileiro ou de outros grupos de esquerda que viveram a atmosfera romântica dos anos 60 e 70. Em que termos podemos associar as dissidências políticas e jornalísticas que se deram no período? É uma questão a se examinar numa pesquisa mais ampla e cuidadosa.

Classe como categoria analítica nos ajuda a pensar na identidade do jornalista enquanto “trabalhador” e na retomada da atividade sindical como uma possível via de contribuição para criar, entre os jornalistas, uma tradição de luta que inexistia até aquele momento. Anterior a greve de 1979 só se tem notícia do movimento de 1961. A situação do jornalista era, então, diferente com metalúrgicos, bancários e outras categorias, no qual a participação em diversos movimentos coletivos ou particulares no período do chamado “populismo”, ou mesmo anterior a ele, criou uma memória de luta. Portanto, essas categorias já possuíam uma consciência de classe “madura”, na qual os jovens podiam ser socializados.

O jornalista e o exercício de sua “autonomia interpretativa”

O papel de mediação e de formação de consenso político entre as diversas forças da sociedade nos aproxima da concepção de Antônio Gramsci, no qual os jornalistas são funcionários do conjunto de instituições das superestruturas. Seja em instituições da sociedade civil, imprensa, jornais alternativos, partidos, sindicatos ou da sociedade política, o Estado. Daí, sua aproximação com um intelectual “orgânico”. Pensar o jornalista nestes termos significa vê-lo dotado de uma autonomia frente ao duplo limite representado pelo Estado e pela Indústria Cultural (Faro, 1999). Essa postura autônoma, no contexto do processo redemocratização, punha os jornalistas que participavam dessa luta numa tensão entre a repressão do regime autoritário imposto em 1964 e a sedução e a cooptação monetária, representada por cargos de direção e postos-chaves nas empresas jornalísticas (Faro, 1999).

Ao pensar as modernas sociedades industriais do século XX, Gramsci viu a crescente autonomização da sociedade civil frente ao Estado. Foi sobre os conflitos existentes na sociedade civil que o autor transferiu o seu olhar. Neste sentido, a conquista da hegemonia política e cultural passou a antecipar a conquista do poder político (Bobbio, 1988). Isto significa: que a hegemonia está ligada a todas as instituições que, para além dos partidos políticos, tenham relação com a divulgação e difusão de representações simbólicas e culturais; que ela não se relaciona somente com a constituição de uma nova formação política do Estado, mas com uma nova visão de mundo. O exercício da hegemonia é permeado de tensões, de lutas, de constantes negociações no qual é possível verificar as linhas de força presentes na disputa pelo poder.

A ênfase na hegemonia em detrimento da força repressiva do poder estatal faz emergir o papel dos intelectuais como sujeitos ativos, formadores de consenso em torno de valores (Gramsci, 1999 e Bobbio, 1988). Assim, no contexto dos anos 70, podemos pensar nos jornalistas como intelectuais, presentes na luta contra censura e na constituição de uma frente, um bloco composto na e pela sociedade civil que se opusesse contra hegemonicamente à cultura autoritária, vigente época. Esse era um tipo de postura presente nos jornais alternativos existentes na década de 70. Porém não nos inibe de pensar que essa autonomia pode dificultar uma identidade que possa ser vista como de “classe”.

O jornalista e o distanciamento do espírito de missão

No palco da greve, entretanto, também se fazia presente uma outra tradição no jornalismo brasileiro. Desde os anos 50, a entrada do modelo norte-americano trouxe valores como a objetividade, imparcialidade, o desengajamento e as técnicas narrativas (Gans, 1976 e Chalaby 1996). A “ideologia do profissionalismo” sustenta a autonomia do jornalista no distanciamento de causas políticas. Mesmo que, jornalismo brasileiro, a crença na objetividade tenha sempre sido relativizada, o domínio de uma técnica possibilitava ao jornalista, de forma geral, adotar uma postura de independência em relação à influência política dos patrões. É nesse aspecto que a ideologia do profissionalismo reitera a “autonomia” do jornalista.

O jornalismo norte-americano define seu compromisso político fundamental estabelecido com a objetividade na descrição dos fatos (Shudson, 1978, Soloski, 1993) e com a representação dos interesses do cidadão individual diante do Estado e das grandes organizações (Hallin e Mancini, 1984) e com o sistema de divisão de poderes como um todo (Cook, 1998). Neste sentido, a autoridade “moral” do jornalista americano se configura no papel de “sentinelas da liberdade ou cão de guarda” (Gans, 1979). A crença na objetividade só se firma onde haja um consenso fundamental em torno de valores e instituições (Ettema e Glasser, 1998) e a ordem seja vista como “estável”. É uma visão distinta do Brasil, visto como sempre em crise ou em transição (Albuquerque, 2000).

A década de 50 foi também marcada pelo crescimento e modernização empresarial das empresas jornalísticas. Formou-se um contexto que onde a identidade profissional do jornalista foi reforçada através do assalariamento, com o aumento dos rendimentos, a criação de escolas de jornalismo, a regulamentação da profissão, o associativismo sindical e a emergência de uma ética de responsabilidade social, similar à ética de prestação de serviços própria do jornalismo norte-americano. (AP Goulart, 2000).

Essa postura desengajada nos anos pós-64, de defesa da objetividade e da responsabilidade social do jornalismo era, por parte de alguns profissionais um ato político, de resistência e de construção afirmativa da identidade diante da repressão e da censura. Pois ela sustentava o argumento de que a cobertura se baseava nos fatos e não em opiniões. Anos mais tarde, esse tipo de postura foi acusada de despolitizar o jornalismo e de construir um consenso em torno da centralidade do papel do mercado como instância reguladora das demandas sociais. É a institucionalização do que é taxado de “pensamento único”. Neste sentido, a imprensa exerce o papel de “filtro”, selecionando e enquadrando os fatos de acordo com a ideologia da imparcialidade e da objetividade, típicas do modelo americano.

O conflito no campo jornalístico

Por cima das rivalidades internas dos jornalistas, um outro confronto se estabeleceu no jornalismo de forma mais intensa: política X mercado. Segundo Lins e Silva, “os anos 70 haviam levado a uma hipertrofia do plano político no jornal e os anos 80 deveriam levar, em contra partida, uma opção maior pela parte técnico jornalística”.

Para Otávio Frias Filho, a opção pelo mercado por parte dos jornais e a resistência engendrada pelo sindicato dos jornalistas era reveladora da velha dicotomia brasileira entre o moderno e o arcaico. Do seu ponto de vista, a atividade sindical transformou o sentimento anticapitalista, romântico, meramente boêmio ou intelectual, reinante na imprensa nos anos 50 e 60, em “ares de ideologia da resistência e da revolução”, um anacronismo no contexto da redemocratização. Para os dois autores, o capitalismo já se apresentava consolidado no Brasil na década de 80. Trata-se de adaptar a linha editorial dos jornais aos ditames administrativos de um “negócio” (Lins da Silva, 1998). Na visão dos reformadores da Folha de São Paulo, Carlos E. Lins da Silva e Otávio Frias Filho, a ideologia do desengajamento passou a ser estratégica para as empresas.

Para esses autores, a questão do controle passou pela exigência de adesão do jornalista ao projeto político administrativo estabelecido pelos jornais. Os manuais de redação passaram a ter uma nova utilização. Quando introduzidos na Folha de S. Paulo nos anos 60 serviram de orientação digamos “técnica”. Nos anos 80 eles transcenderam essa dimensão e passaram a servir como instrumento de controle e de adesão ideológica do jornalista ao projeto do jornal.

Métodos quantitativos e impessoais, típicos de uma racionalidade administrativa passaram a ser usados com a mesma finalidade e causaram um estranhamento e uma sensação de desconforto dentro das redações da Folha (Kucinski, 1998). A intenção era enquadrar editores, subeditores e das chefias e seus subordinados e romper com a Unidade construída pelo movimento sindical, conforme demonstrou o movimento de 1979 (Kucinski, 1998 e Lins da Silva, 1998). A questão era romper com a visão do jornalistas de que os cargos de confiança eram apenas “técnicos” e portanto descomprometidos com a visão política dos patrões. A Folha de São Paulo se transformou no modelo de jornal vocalizado para o “mercado”.

Nesse confronto entre militância e desencajamento uma variável geracional passou a dar sentido a divisão entre jornalistas criando uma nova tipologia. Os “antigos”, guiados pelos valores de um jornalismo interventor, enquadrado como de “esquerda”. Os “novos”, que aderiram aos projetos das empresas, seduzidos por cargos e salários altos ou por necessidade de sobrevivência, na qual a prática da autocensura se faz necessária como estratégia de permanência no emprego. Esses tipos estabelecem uma conexão com a forma de se interpretar as disputas que, para nós ainda se fazem presentes, em torno da hegemonia de um padrão de jornalismo e não têm necessariamente a ver com a idade mas com os valores com que cada jornalista se identifica. (Kucinski, 1998).

No contexto da greve de maio de 1979, as tentativas de resistência ao padrão norte-americano não deixavam de ter uma ambigüidade. De acordo com Perseu Abramo, o jornalista na sua prática deveria defender “a lisura nos procedimentos técnicos na obtenção da informação, na crítica a objetividade e a imparcialidade professadas pela grande imprensa, que escondem escolhas ideológicas e no engajamento necessário do jornalista na comunicação, definida como social, isto é, a serviço do conjunto da sociedade e não apenas da parcela que detém o poder” (Abramo, 1997).

Que procedimentos técnicos são esses? A técnica, em certa medida não é herdada do jornalismo norte-americano? Ela não é coerente com a ideologia do profissionalismo? Como conciliar uma postura engajada e falar ao conjunto da população? Isso não é supor a sociedade civil dotada de uma homogeneidade ideológica? Em dada medida, se o conjunto da população é heterogêneo, defender uma postura imparcial não reitera a autoridade interpretativa do jornalista? Afinal, em que reside a autoridade do jornalista brasileiro?

Na nossa hipótese, ao procurarem conciliar as perspectivas conflitantes na prática jornalística, os ativistas sindicais procuraram criar um modelo híbrido, que contemplasse as tradições presentes no jornalismo brasileiro.

Tal postura implicaria em procurar os momentos em que essas tradições começaram a se constituir, suas lógicas, seus valores e principalmente as contaminações e desvios que sofreram ao se confrontarem umas com as outras, numa perspectiva diacrônica, que vai desde a formação do campo jornalístico, configurando as linhas de força dessa disputa até a greve de 1979. O que sugere que também examinemos as discussões que giram em torno do ethos e do papel social desse ator chamado jornalista. Porém, no limite de um artigo, situaremos esses problemas de modo a obter elementos mais definidos para prosseguir a pesquisa. E um primeiro passo é situar a greve dentro de um conjunto de movimentos que deram identidade aos tipos de práticas sindicais que surgiam no fim dos anos 70.

O novo sindicalismo

O “novo sindicalismo” que surgia em 1978 era identificado pela “origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada para a base e ímpeto reivindicativo direcionado para os interesses dos trabalhadores” (Santana, 1999). Os metalúrgicos do ABC entraram em greve motivados pela “indignação” com o arrocho salarial, custo de vida e contra os rígidos controles disciplinar feito pela grandes empresas (Laís Abramo, 1999 e Maroni, 1985).

Uma concepção “basista” dava ênfase a ação nas empresas em vez de se tratar a categoria de forma genérica. Questões salariais eram tratadas no “processo de negociação direta” entre patrões e empregados. Na época, a política salarial e a legislação do trabalho era centralizada pelo governo militar. Este fato jogava qualquer a luta salarial para além de um “pacto” classe a classe. Ou seja, havia uma “politização” da luta (Laís Abramo, 1999).

A repressão ao movimento sindical e a intervenção nos sindicatos e cassação dos dirigentes por parte do Estado nas greves de 1979 e 1980, no próprio ABC, aproximou o insurgente sindicalismo de outros movimentos políticos da sociedade civil. O direito de greve entrou na pauta das liberdades democráticas. A estrutura sindical corporativa brasileira começou a ser “burlada”. Demandas como liberdade e autonomia sindicais terem se tornado centrais para a organização dos trabalhadores, o que os colocam em alinhamento com lutas pelas liberdades democráticas, como o Movimento pela Anistia (Laís Abramo, 1999).

O ressurgimento dos trabalhadores na cena política será simbolizado pela criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e na criação, anos depois de dois organismos sindicais de cúpula, a Central Única dos Trabalhadores, CUT, e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora, CONCLAT. Essa divisão foi fruto de tensões resultantes das práticas e orientações que seguiam os grupos envolvidos. De um lado o bloco dos “combativos” composto dos sindicalistas “autênticos”, que se reuniam em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC e das “Oposições Sindicais”, grupos egressos ou não da luta armada e militantes ligados a Igreja Progressista. De outro, a Unidade Sindical, que juntava lideranças tradicionais, pelegos e militantes de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro, PCB, Partido Comunista do Brasil, PC do B, e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR8. Esses dois “blocos” formariam as bases de sustentação dos órgãos intersindicais. O primeiro, da CUT e o segundo, da CONCLAT (Santana, 1999).

O motivo da divisão reside nas leituras de práticas associadas ao sindicalismo pré-64, taxado de populista, reformista e pelego e que privilegiava arranjos políticos pelo “alto”, de “cúpula” e por “dentro” da Estado. Esse sindicalismo era também visto como de “colaboração de classes”. Esse tipo de prática era vista enquanto “braço auxiliar” da política “populista” do período. As posições assumidas pelo PCB e serão identificadas por essas práticas e sobre ele recairá a responsabilidade do fracasso do “Velho Sindicalismo” (Santana, 1999).

O surgimento do PT, segundo Santana fez acirrar a luta pela hegemonia em torno da representação. “Os novos atores”, que auxiliaram em sua criação, viam no PT, ainda que de forma variada, o verdadeiro instrumento de representação política dos trabalhadores. Já os militantes do PCB acreditavam que seu partido, tradicionalmente, era o verdadeiro e único representantes dos trabalhadores (Santana, 1999).

Os arranjos políticos feitos em torno da luta pela redemocratização influenciaram nessas disputas. A polaridade do PT com o PCB pela hegemonia no campo sindical será transposta para o plano político. As greves e os movimentos sociais da época, comandados por setores identificados com o PT não aderem a “frente democrática” que tem no Movimento Democrático Brasileiro o eixo da luta contra o Estado Autoritário. Para os pecebistas isto é visto como uma atitude inconsequente, esquerdista e desestabilizadora. Punha o movimento pela redemocratização numa “tensão” com os militares que poderia estimular os grupos radicais de direita fecharem o regime (Santana, 1999).

Por outro lado, os comunistas preconizavam uma estratégia gradualista de transição democrática, evitando confrontos diretos e buscando conquistar amplos apoios da sociedade, inclusive do empresariado. Foram taxados de negociistas, conciliadores e reformistas pelos setores “combativos” ligados ao PT, que não aceitavam fazer composições com grupos que apoiaram inicialmente o golpe e setores empresariais nacionalistas ou não.

Foi no bojo dessa atmosfera conflituosa, marcada por antagonismos políticos e de classe, que os jornalistas paulistas começaram a intensificar a busca de uma aproximação mais orgânica com a “frente de massas”, composta por sindicalistas, por movimentos de eclesiais de base, de favelados, trabalhadores rurais e outros. Os “novos atores” (Santana, 1999) entraram na cena política no fim dos anos 70, forjando para eles uma nova identidade marcada pela ausência de uma “doutrina” e promovendo uma ruptura com um modelo leninista de organização que separava “vanguarda e massa” (Kucinski, 1998).

A aproximação dos jornalistas com o movimento sindical, na conjuntura do final dos anos 70, implicou, do nosso ponto de vista, numa ruptura em relação aos papéis anteriores. Trabalhamos com a hipótese de que, diante de um conjunto de posturas dos jornalistas, podia-se perceber “distanciamento” das demandas específicas dos grupos tachados como “populares”. Em tese, esse distanciamento permite visualizar dois tipos de conduta. Uma, com alimentada por uma postura desengajada, necessária a prática de um jornalismo entendido como “objetivo”. Esses eram os novos termos do “profissionalismo”. A outra, alimentada pela concepção vanguardista, presente nas esquerdas, na qual o jornalista assume um papel de porta-voz, de intérprete ou de vocalizador das demandas dos trabalhadores, porém subordinando-as a causas mais gerais, assumindo o jornalista o papel de “formador de opinião”.

O sindicato e a busca de uma identidade de classe

A “chapa progressista” liderada por Audálio Dantas ganhou as eleições para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, de base de representação estadual, em maio de 1975. Não temos elementos para situar politicamente os componentes da chapa. Apesar de se afirmarem como de “oposição” e de terem disputado a hegemonia do Sindicato com grupos identificados como “pelegos, ainda não sabemos se os membros da direção eleita eram dos mesmos grupos políticos que compunham o setor das “Oposições Sindicais” (Unidade 1 mai 1975)

A estratégia do grupo vencedor se baseou na construção de uma unidade, um consenso, que superasse as possíveis divergências ideológicas entre os jornalistas da oposição sindical. Cada redação indicou um representante para participar da chapa e a composição final foi aprovada pelo conjunto da categoria, numa convenção, com delegados eleitos nas redações. O processo deu “autenticidade” aos novos membros da diretoria e “legitimidade” em função da “participação democrática” dos jornalistas na escolha de seus representantes (Unidade 32 mai 1978).

A morte de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, acentuou a atenção nas lutas mais gerais ao mesmo tempo em que reforçou a presença do Sindicato na cena política e junto a própria categoria. Nesse sentido, as lutas pelas liberdades democráticas punham os jornalistas de São Paulo e o Sindicato num exercício de mediação entre as amplas forças da sociedade civil e as demandas específicas que foram surgindo com o renascimento do movimento sindical, com um certo privilégio para a luta em torno da “liberdade de imprensa” (Smith, 1997).

A presença mais explícita de um antagonismo de classe pode ser percebida em Perseu Abramo, Editor de Educação da Folha de São Paulo, ativista sindical e colaborador do jornal do Sindicato dos Jornalistas, o *Unidade*. Em um texto chamado, de março de 1977 “O Papel Social do Jornalista”. Nele, Abramo afirmava que a missão do jornalista, diante da conjuntura da época, uma ditadura, era “lutar contra a censura, para restabelecer e ampliar a liberdade de imprensa entendida principalmente como forma de participação coletiva no processo político nacional” (Abramo, 1997).

Porém, em partes anteriores do texto, Abramo identificou a existência de um arranjo estrutural na sociedade capitalista, diante do qual a circulação de representações, valores e informações tinham um caráter ideológico marcadamente “burguês”. E, de controle político, com o predomínio da lógica particular de um grupo, os proprietários dos meios, sobre os demais. Essa era a de forma censura “imaneente” da sociedade capitalista. Para enfrentar essa “censura estrutural” no qual a propriedade do veículo garante um padrão ideológico de circulação simbólica, o jornalista teria de assumir o seu verdadeiro papel, de “trabalhador assalariado” portador de uma “consciência de classe”, dando outros contornos a sua prática “jornalística”. Essa seria sua conduta “ideal” (Abramo, 1997).

“Falo em conduta ideal em termos de ‘tendência histórica’ a ser conquistada: a) o jornalista deve assumir sua posição de classe, lembrando que faz parte das classes assalariadas e não das classes proprietárias dos meios de produção; b) como decorrência disso, ele deve assumir, diante do seu público leitor, a posição e o compromisso de contribuir de todas as formas, e sempre da melhor maneira possível, para a intensificação da comunicação social, também de forma crítica”.

E o que seria isso? “Comunicação social como forma de participação coletiva nos processos decisórios sociais e políticos...o papel do jornalista na sociedade moderna deve ser, portanto, um papel eminentemente político” (Abramo, 1997).

O resgate de uma tradição interventora no jornalismo brasileiro passaria então a adotar um novo padrão, com os jornalistas assumindo explicitamente as suas posições políticas e rechaçando quaisquer resquícios que pudessem acenar com um jornalismo objetivo e desengajado. Para isso, o jornalista deveria se fortalecer profissional e economicamente através das “atividades sindicais” para se opor a “pressão econômica” e alargar o “campo político na sociedade e, no limite, luta para democratizar as grandes redações” (Abramo 1997).

Em fevereiro de 1978, o jornal do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo publicou um estudo do professor Sebastião Geraldo Breguês, da UFMG, sobre “os principais aspectos do jornalismo brasileiro após 1964”. Breguês fixou três pontos que caracterizaram a imprensa pós-64. “Mudança estilística, legislação coercitiva e capital estrangeiro”. Os três fatores associados teriam a de função mascarar o “conflito de classes” e manter a “conjuntura em plena harmonia no eterno trabalho de construção nacional”. Quanto à narrativa, “o lead e outras técnicas universais construídas pela rica imprensa imperial norte-americana ou se quiserem pelo rico imperialismo cultural norte-americano” fez o jornalista desconsiderar a “heterogeneidade ideológica” e “cultural do leitor brasileiro” (Unidade 29 fev 1978).

A apresentação dos fatos de forma fragmentária, sem mostrar a relação de um acontecimento e sua causa, “tem como propósito encobrir os interesses e as relações econômicas das empresas jornalísticas na estrutura competitiva da sociedade de classes no Brasil”. Nesse sentido, o processo de modernização conservadora, posto em voga com o golpe, não excluía o jogo de mercado. Neste jogo, porém, só a livre movimentação do capital era permitida. Segundo Breguês, era função da imprensa “mascarar e encobrir” os interesses contraditórios e conflituosos existentes entre as classes (Unidade 29 fev 1978).

Na edição de março do mesmo ano, em um debate no auditório do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, chamado “Wladimir Herzog”, o sociólogo Werneck Vianna, afirmou que a ditadura criou o paradoxo de introduzir mecanismos típicos de economias liberais nas relações entre capital e trabalho, como o FGTS e o fim da estabilidade. E, manteve a legislação corporativa do trabalho para impedir a livre organização dos trabalhadores. Isso criava uma assimetria na correlação de forças, beneficiava o capital e explicava a “falta de combatividade dos trabalhadores” (Unidade 30 mar 1978).

A conjuntura mudaria rapidamente. Em março de 1978 teve lugar eleições para a sucessão da diretoria comandada por Audálio Dantas, com a apresentação de uma única chapa, agora de “consenso entre a categoria”. David de Moraes, do grupo Abril, foi eleito presidente, o jornalista Fernando Moraes, Veja, de vice. Audálio Dantas foi eleito representante do Sindicato na Federação Nacional dos Jornalistas, o que demonstra uma “continuidade” na postura política do novo grupo na direção da entidade.

Em seu discurso de despedida, Dantas reafirmava a inserção e papel de “vanguarda” do Sindicato dos jornalistas no “novo sindicalismo”, que segundo ele surge em 1977, “com grande vigor” a partir “da luta pela reposição salarial sofrida por todos trabalhadores em consequência da manipulação dos índices de inflação e custo de vida em 1973”. Uma das marcas de sua gestão era a ruptura com o “círculo do medo”, atmosfera repressiva difusa vivida naqueles tempos (Unidade 32 mai 1978).

A ruptura com o “medo” e o vanguardismo era derivada de dois aspectos. O primeiro, o próprio processo eleitoral ativado em 1975 incentivou a maior participação da categoria na vida sindical, dando voz às demandas específicas dos jornalistas segundo o local de trabalho, as redações. O questionamento da estrutura sindical corporativista, com a mudança do estatuto do Sindicato permitiu a criação do Conselho Consultivo de Representantes das Redações, CCCR, entidade paralela, que visava dar uma maior organização e incentivar a luta pela institucionalização e reconhecimento a representação de “base”. O segundo aspecto foi a luta pela “liberdade de imprensa e defesa dos direitos humanos” (Unidade 32 mai 1978), que tomou um vulto muito grande com a morte do jornalista Vladimir Herzog.

As greves de maio de maio no ABC foram incorporadas pelos primeiros editoriais publicados pelo jornal *Unidade* e escrito por David de Moraes. Ressaltando a necessidade “de participação intensa da categoria nas lutas do Sindicato” ele ressaltou os dois momentos nos quais isso aconteceu: a morte de Herzog e a greve dos jornalistas de São Paulo, em dezembro de 1961, “a única realizada pelo Sindicato” (*Unidade* 32 1978).

Moraes afirmou que as três prioridades imediatas da nova diretoria eram: eleição do conselho editorial do jornal *Unidade*, campanha salarial e a implantação do CCRR. A idéia “básica” do jornal era ser “de luta, de debates, de reivindicação, de espelho de problemas e anseios de todas as redações e todos os segmentos da categoria” (*Unidade* 32 mai 1978). Portanto um fórum e um agente mobilizador e interventor.

A greve do ABC incentivaria os jornalistas, mesmo fora de data base, a incrementar uma campanha que teria por base um confronto “classe a classe”. “Vamos entrar em contatos direto com os nossos patrões que tem apoiado as negociações diretas entre outros sindicatos e empresas e que agora terão a oportunidade de mostrar na prática seus pontos de vista” diz o editorial. Quanto ao risco da greve ser ilegal, Moraes disse que “os trabalhadores estão mais conscientes de que suas reivindicações mais legítimas não podem ser cerceadas por dispositivos que podem ser legais mais carecem de legitimidade” (*Unidade* mai 1978).

O CCRR era o ponto mais importante do programa, essencial para a organização de “todas as nossas lutas”. Segundo Moraes, “na medida em que conseguirmos sucesso nessa tentativa, estaremos, possivelmente, abrindo caminho para outros sindicatos empenhados hoje na luta pelo estabelecimento dos comitês de fábrica e, pois, para um sindicalismo forte, livre, aberto e democrático”. O CCRR era “o início da superação” da estrutura legal corporativa, que impedia o sindicato de seguir sua “vocaçao original”, de ser um “órgão de luta em defesa dos interesses da categoria que representa” (*Unidade* 32 mai 1978).

No sentido de realçar essa postura combativa, a memória da greve de 1961, ocorrida no dia primeiro de dezembro, foi ativada de forma estratégica no interior da edição de seguinte do jornal *Unidade*. Uma manchete em letras garrafais diz: “1961, a greve vitoriosa”. Além disso, uma reportagem com Fúlvio Abramo, presidente do comitê de greve a época, que apontou os motivos da vitória: reivindicações de natureza estritamente sindical e econômica, elemento de coesão numa categoria “cuja natureza do trabalho, intelectual, a torna altamente politizada e por isso mesmo heterogênea, com uma dificuldade natural para a *Unidade*”; adesão dos chefes de redação, pois segundo Fúlvio, cargos de confiança eram estritamente “técnicos” e não “políticos”, o que permitia aos seus ocupantes manterem um distanciamento “crítico” dos valores dos seus patrões e conservar sua identidade de trabalhador; e a organização do comitê de greve, formado “por elementos capazes, decididos e disciplinados na execução de suas tarefas, sempre agindo por determinação da assembléia geral” (*Unidade* 33 jun/jul 1978).

Com menor destaque a reportagem acrescentava a atuação “firme” dos piquetes, o “espírito de colaboração” de trabalhadores de outras categorias como motoristas, gráficos e telegrafistas e o papel do governo João Goulart, “sem iniciativa para reprimir os trabalhadores”. A greve durou cinco dias e o conflito teve a intermediação de uma terceira instância, o Tribunal Regional de São Paulo, que por seis votos a zero, decretou que os jornalistas deveriam receber 45% de reajuste salarial a partir de janeiro de 1962 (*Unidade* 33 jun/jul 1978).

Logo, o processo de articulação entre valores jornalísticos e atitudes “operárias”, a memória foi formada como, diz Pollak, como um processo de ordenamento, de produção de sentido, enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Fatos e determinados aspectos do passado foram enfatizados na medida em que podiam contribuir na construção da identidade e das relações entre pessoas e grupos (Pollak, 1989). Por outro lado, o processo de construção de uma consciência de classe desfez o mito de haver uma oposição absoluta entre as práticas do sindicalismo pré-64, tido como “populista” e “conciliador” e as do novo sindicalismo. Para se postar como um sindicato de “luta”, os jornalistas atravessaram essas disputas conceituais, revelando que existiam continuidades entre o velho e o novo movimento sindical.

A diferença era que a lógica da reciprocidade (Gomes, 1982) não conduzia as práticas do Novo Sindicalismo. A postura, no fim dos anos 70, era de confronto. O governo militar e empresários, na ótica do movimento sindical, possuíam uma “convergência” de interesses (Santana, 1999). No seu discurso de posse, o novo presidente do Sindicato dos Jornalistas, David Moraes disse que,

“...uma liberdade sindical que não se detenha diante de nenhum fantasma e que permita a busca de caminhos de organização que desembocarão, fatalmente, na necessidade de criação de uma central sindical ou qualquer que seja o nome de uma organização que congregue todos os trabalhadores do país. Defendemos uma liberdade de organização que permita aos trabalhadores lutar por seus interesses individuais e coletivos diante dos interesses conflitantes das empresas e do Estado. **Essa organização é básica para o sucesso da luta pois tudo terá que ser conquistado**” (Unidade 32 mai 1978).

A busca por uma sintonia e identidade de interesses com as diversas categorias de trabalhadores, não descartava, segundo Moraes, “a questão da democracia e dos direitos humanos”, tendo sempre presente à memória de Herzog (Unidade 32 mai 1978). O que sugere que o papel destacado do Sindicato no plano político mais amplo de luta contra o regime não se opunha à presença dos jornalistas, através do ativismo sindical, na “frente de massa” que iria se formando com os diversos movimentos sociais presentes na “esfera pública”.

A descrença num jornalismo empresarial e desengajado existia, pois, para Moraes “informar por informar não existe. Informa-se sempre para orientar em determinado sentido as diversas classes e camadas da sociedade e com o objetivo de que essas orientações se reflitam em ações”. O discurso jornalístico teria um sentido ideológico sujeito as “relações de classe” que existiam na sociedade (Unidade 32 mai 1978).

A consciência de classe seria um valor necessário para que o “agente da comunicação” cumprisse o seu papel de “agente transformador” da sociedade, sendo mais “analista e crítico” e não um mero “repetidor” da “ideologia dos proprietários”. Sem entrar em detalhes, Moraes sugeria a “cogestão”, e na medida do possível, a ampliação da experiência da imprensa alternativa como um “remédio” para o mal do processo de concentração e de monopolização dos meios de comunicação. Porém, diferentemente de Abramo, ele vê espaços para luta pela hegemonia de valores no interior da grande imprensa:

“Além da luta pelo fortalecimento da imprensa independente (alternativa), o profissional brasileiro, no seu trabalho diário nas grandes empresas, tem provado que é possível, mesmo que limitadamente e dependendo de fatores meramente conjunturais, refletir nos noticiários que produz, os interesses mais amplos da sociedade, algumas vezes à revelia dos interesses do grupo controlador dos meios” (Unidade 32, mai 1978).

Porém, quais são os interesses mais amplos da sociedade? Liberdades sindicais? Liberdades democráticas? E por quê os donos dos meios, diante da censura que tolhia os negócios seriam contra elas? Aqui, implicitamente aparecia a concepção, externada por Kucinski, de que a grande imprensa teria aderido ao projeto de “abertura lenta, gradual e segura” criado pelos militares.

Em um debate acontecido na sede Sindicato dos Jornalistas em junho de 1978, reproduzido em seus “melhores momentos” no Jornal Unidade, edição 33, tratou-se dos dilemas do movimento sindical perante a legislação que definia a priori toda greve como “ilegal”. O tema era a “Greve em questão”. O debate teve as presenças de diversas lideranças sindicais e políticas, entre elas Luís Inácio da Silva, o Lula, , Audálio Dantas, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e atual representante da categoria na Federação Nacional, e Almir Pazzianoto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e deputado estadual pelo MDB.

Primeiro a intervir, Audálio afirmou,

“Esse movimento forte hoje existente no ABC está sendo uma lição para nós. Nossa categoria teve sempre tendência muito acentuada de se considerar a margem do processo da luta dos trabalhadores, de modo geral, porque, diga-se de passagem, era categoria intelectualizada ou pára-intelectual. Isso prejudicou muito. E a nossa briga aqui, permanentemente, foi essa, no sentido de que havia necessidade de mobilização e de participação dos membros da categoria, porque eles são trabalhadores como outro qualquer. São assalariados, têm problemas uma grande parcela de trabalhadores - insistimos sempre nisso – que ganham salários abaixo do que pode se considerar digno. E houve aumento gradativo de participação” (Unidade 33 jun/jul 1978).

A tônica do debate ficou centrada na questão do “fator” que desencadeou o movimento grevista no ABC. Se ele foi “efeito” da ação persistente das comissões de fábrica, se foi um movimento “espontâneo” e o papel da “consciência” dos trabalhadores diante da questão jurídica, posta pela “ilegalidade”. Em relação aos jornalistas, a organização do CRRR foi vista como “um passo a mais” para efetiva construção de uma “consciência de classe” na categoria. Porém, Pazzianoto lembrou que isso não era suficiente para superar os dilemas que os jornalistas teriam ao fazer greve. A heterogeneidade de salários e a relativa “independência do jornal em relação às redações. “Um jornalista interessado me disse que é muito difícil fazer greve no jornais. Se a redação parar o jornal continua saindo”(Unidade 33 jun/jul 1978).

Lula, liderança mais destacada do emergente movimento sindical foi convidado a falar, a “dar um recado” aos jornalistas presentes, como expectadores, ao debate:

“...jornalistas, uma classe que come mortadela e arrota peru, até por inocência. Eu não posso entender tanto de vocês ganhando seis mil cruzeiros, ou até quatro mil e quinhentos, enquanto outros ganham quarenta mil para escrever em jornal. Eu acho que uma das brigas fundamentais que o sindicato dos jornalistas tem que comprar é essa. Pessoas que ganham muito dinheiro em suas profissões e não precisam tirar o pão da boca de um jornalista. Outra questão que eu queria levantar é que, o sindicato tem importância grande nisso, é pegar essa meninada que está se formando em jornalismo e mostrar para eles que é lamentável o status que dá dizer ‘eu sou jornalista’. Eu digo lamentável no bom sentido. Eu sinceramente pensei que jornalista ganhasse cem mil cruzeiros por mês” (Unidade, 33, jun/jul 1978).

Sem posses, a maioria dos jornalistas vive de pose. Mas o que sustenta essa pose? Ou, para um metalúrgico, o que faz um jornalista demais, sem se preocupar com a jornada estabelecida em lei, sem receber hora-extra?

“Quando comecei a conhecer tantos jornalistas com consciência ganhando seis mil cruzeiros, trabalhando doze horas por dia, em dois empregos, três. Então esse pessoal devia ter consciência do seu papel como jornalista. Se vale a pena ganhar quatro mil se o salário dele devia valer quinze, vinte mil. Se vale a pena trabalhar por amor. Isto para mim é um bestialidade muito grande. **Por mais burro que seja um metalúrgico ele nunca continua trabalhando se encerra o expediente dele...ele encerra do jeito que tá. Outro que continue. E o jornalista, por amor, trabalha das oito da manhã até meia noite, sem ganhar hora extra, porque ele se preocupa e o patrão ensinou a ele não parar a matéria pela metade**” (Unidade, 33, jun/jul 1978).

Essa lógica, implicava, na visão de um metalúrgico, poupar mão de obra. A consciência de classe teria de ver masoquismo em vez de prazer, exploração em vez de consciência do dever. Lógica própria do maniqueísmo da época, que em dada medida, interferiu no universo dos valores do jornalista. A dialética entre uma dada “consciência de classe” e identidade “jornalística” ficaria evidente se tomarmos, para encerrar esse artigo, o depoimento de José Hamilton Ribeiro, sobre sua passagem na revista Realidade e o seu aprendizado na profissão:

“O segredo era a fórmula ‘amor/trabalho’. Todo mundo se entregava ao trabalho com todo amor, com todo empenho. Na hora de escrever uma notícia, o Narciso Kalili, o Luís Fernando Mercadante, eu próprio, a gente passava três dias escrevendo, reescrevendo, suando, sofrendo, emagrecendo. Cada reportagem era um parto. Com dor” (Unidade, 8, mar. 1976).

Conclusão

Fica patente a dificuldade de se enquadrar o jornalista em uma rígida identidade de “trabalhador”. Os valores e as tradições interventoras existentes no jornalismo brasileiro persistiam. Assim, a combatividade dos jornalistas, a inserção do Sindicato no Novo Sindicalismo, era motivada por um discurso que, diante do maniqueísmo existente na época, apelava para uma contradição rígida de interesses entre os donos dos meios de comunicação e os jornalistas, trabalhadores assalariados. Era um discurso essencialmente político.

O exercício de uma contra-hegemonia passaria pela construção de uma consciência de classe. Mas, quais os contornos dessa “consciência”? Em muitos pontos do discurso das lideranças sindicais transparece o desejo de se construir uma unidade que levasse os jornalistas a luta de classe através da greve, instrumento fundamental na dinâmica do movimento sindical da época. Era a luta que abriria espaço na grande imprensa para o jornalista exercer a sua “autonomia moral e interpretativa” intervindo no debate político.

Porém, a pergunta que se faz é, como sustentar a unidade resgatando uma postura ideológica para o jornalista? Não voltaria o mesmo dilema posto por Fúlvio Abramo, no qual o jornalista como “trabalhador intelectual”, bastante politizado, era, em virtude dessas características, atomizado e fragmentado? Ou seja, o resgate do papel político não levaria a fragmentação dessa mesma unidade? Havia ou não ambiguidades entre uma identidade de classe e uma nova identidade jornalística?

Para as lideranças sindicais dos jornalistas de São Paulo, não. Para eles não havia contradição entre o resgate de um papel “político”, mesmo que não possamos precisar o que seja isto e uma identidade de classe. A disputa analisada em torno tipos ideais não nos permite falar que tenha havido e que ainda haja uma única identidade jornalística compartilhada. É possível se falar de identidades. Mas pode-se pensar no conjunto de empregados das empresas jornalísticas permeados pelas tensões e apelos vindos de diversos lados, seja do Sindicato, das chefias ou dos patrões. A mobilização iniciada de forma mais intensiva em março de 1978, apontava para a hegemonia de valores, que mesmo ambíguamente expressados pelos ativistas sindicais teve como desdobramento o movimento grevista de 1979. Portanto, mesmo que por um período limitado de tempo, um conjunto de jornalistas de São Paulo se identificarão como “trabalhadores” e adotarão condutas típicas de outras categorias com uma identidade de classe mais firmada.

Bibliografia

- ABRAMO, Cláudio, “A regra do jogo”, Cia das Letras, 1988
 ABRAMO, Lia Wendel, “O resgate da Dignidade”, Unicamp, 1999
 ABRAMO, Perseu, “Um trabalhador da notícia”, Fundação Perseu Abramo, 1997
 .
 ALBUQUERQUE, Afonso de (1999). Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. Texto selecionado para o VIII Encontro Anual da COMPOÓS. Belo Horizonte, 1 a 4 de junho de 1999.
 BADARÓ MATTOS, Marcelo, “Novos e Velhos Sindicalismos”, Vício de Leitura, 1998.
 CARDOSO, Adalberto Moreira Cardoso, “Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neo Liberal”, Fundação Getúlio Vargas, 1999.
 CAREY, James W. (1986) The Dark Continent of American Journalism. In MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. *Reading the News*. New York: Pantheon Books, p.146-196.
 CASTRO GOMES, Ângela de, “A Invenção do Trabalho” Vértice, 1988
 CHALABY, Jean K (1996). Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, vol. 11 (3), p. 303-326.

- DARTON, Robert, “O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa”, Graal, 1984.
- DARTON, Robert, “O Beijo de Lamourette, Mídia, Cultura e Revolução”, Cia das Letras, 1995.
- ETTEMA, James S. & GLASSER, Theodore (1998). *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. New York: Columbia University Press.
- FARO, J. S., “Revista Realidade 1966-1968, Tempo de reportagem na imprensa brasileira”, AGE, 1999.
- FORTES, Alexandre e Outros, “Na Luta por Direitos, estudos recentes em História Social do Trabalho”, Editora da Unicamp, 1999
- FOUCAULT, Michel, “A verdade e as formas jurídicas”, NAU Editora, Rio, 1994
- GANS, Herbert (1979). *Deciding what's News: a Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon Books.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GINZBURG, Carlo, “Os Queijos e os Vermes, o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição”.
- GOULART RIBEIRO, Ana Paula, “Imprensa e História no Rio de Janeiro nos anos 50”, tese de doutorado apresentada a UFRJ, setembro de 2000.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo (1984). "Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian Television News". *Theory and Society*, 13, p. 829-850.
- HUNT, Lynn, “A Nova História Cultural”, Martins Fontes, São Paulo, 1995.
- KUCINSKI, Bernardo, “A Síndrome da Antena Parabólica, ética no jornalismo brasileiro”. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo, “Jornalistas e Revolucionários nos Tempos da Imprensa Alternativa”, Scritta, 1990.
- MATTELART, Armand, “Comunicação Mundo: História das Idéias e das Estratégias”, Vozes, 1994.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In “Estudos Históricos”. Rio de Janeiro, vol 2 n.3, 1989
- SANTANA, Marco Aurélio Santana, “Política e História em em Disputa: O ‘Novo Sindicalismo e a Idéia de Ruptura com o Passado” in “O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois” Vozes, 1999.
- SMITH, Anne-Marie, “Um acordo Forçado”, FGV, 1997.
- SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books.
- SCHUDSON, Michael (1982). “The Politics of Narrative Form: the Emergence of News Conventions in Print and Television”. *Daedalus* 111 (4), p. 97-112.
- TASCHENER, Gisela, “Folhas ao Vento, Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil”, Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, EP, “Tradicion, Revuelta y Consciencia de Clase” Editoria Crítica, Barcelona, 1977
- ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press.